CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPOÁ

REQUERIMENTO N. 55/2026

Os vereadores que subscrevem este requerimento solicitam que, na forma regimental e depois de ouvido o Plenário, o Poder Executivo, por intermédio do setor competente, encaminhe para esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. Que seja encaminhada a relação completa e atualizada de todos os imóveis locados pela Administração Pública Municipal, direta e indireta;
2. Que, para cada imóvel locado, sejam informados, de forma individualizada e detalhada:
    a) Endereço completo do imóvel;
    b) Valor mensal do aluguel;
    c) Vigência do contrato (data de início e término);
    d) Nome do locador (proprietário ou responsável legal);
    e) Secretaria, departamento, setor ou órgão que utiliza o imóvel.
3. Que seja informado, de maneira clara e detalhada, qual a finalidade de uso de cada imóvel, especificando:
    a) Quais atividades são desenvolvidas no local;
    b) Quais serviços públicos são prestados no referido imóvel;
    c) Quantos servidores ou setores estão instalados em cada unidade.
4. Que sejam esclarecidos quais critérios foram adotados pela Administração Pública para a locação de cada imóvel, incluindo justificativas técnicas, administrativas e/ou econômicas;
5. Que seja informado se há estudos ou planejamento para aquisição de imóveis próprios, visando substituir locações atualmente existentes;
6. Que seja encaminhada cópia integral de todos os contratos de locação vigentes, incluindo:
    a) Termos aditivos;
    b) Reajustes contratuais;
    c) Eventuais renovações.
7. Que seja informado o valor total mensal e anual gasto com locações de imóveis pela Administração Pública Municipal;
8. Que seja informado se existem imóveis locados que estejam subutilizados, ociosos ou sem uso, detalhando cada caso;
9. Que seja informado se há processos administrativos em andamento relacionados à revisão, à rescisão ou à nova contratação de locações;
10. Que sejam encaminhados quaisquer outros documentos, relatórios, planilhas ou informações complementares que detalhem ou comprovem os dados solicitados;
11. Por fim, que a Secretaria competente encaminhe quaisquer outras informações que julgar pertinentes e relevantes acerca das locações de imóveis pela Administração Pública Municipal.

Justificativa:

O presente requerimento tem por objetivo garantir a transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente no que se refere aos gastos com locação de imóveis pela Administração Municipal. Considerando que a locação de imóveis representa uma despesa contínua e significativa aos cofres públicos, torna-se fundamental que o Poder Legislativo tenha pleno conhecimento acerca dos valores envolvidos, da real necessidade dessas contratações, bem como da destinação e utilização de cada espaço locado. Além disso, a obtenção dessas informações permitirá uma análise mais aprofundada quanto à economicidade, à eficiência e ao planejamento da Administração Pública, possibilitando identificar eventuais excessos, sobreposições de estruturas ou oportunidades de redução de custos, inclusive mediante a utilização de imóveis próprios do Município. A transparência dessas informações também atende ao princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal, e fortalece o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, contribuindo para uma gestão mais responsável e eficiente dos recursos públicos. Dessa forma, o presente requerimento visa não apenas à fiscalização, mas também à colaboração institucional para o aprimoramento da administração pública municipal.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 10 de abril de 2026.

Diego Ângelo Antunes – PL
[assinado digitalmente]

Daniel Silvano Weber – União Brasil
[assinado digitalmente]

Jéssica Lana Lemonie – PL
[assinado digitalmente]

Márcio José Puglia de Melo – PSD
[assinado digitalmente]

Marta Ferreira da Luz – PL
[assinado digitalmente]

Odinei da Silva – MDB
[assinado digitalmente]

Valdecir Antônio Luiz da Silva – Avante
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), conforme o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Consulte a autenticidade e integridade do documento, acessando: http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador